## ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

---------- Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. ----------

---------- Declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal procedeu-se à chamada dos Senhores Deputados Municipais, verificando-se a ausência dos Deputados Iolanda Cristina Barros Neves, José Joaquim Martins e Horácio Alberto Pinto. ----------

---------- Justificaram a falta no prazo legalmente estabelecido, todos os membros ausentes. ----------

---------- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. ----------

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

---------- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. ----------

--------- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que estava presente a ata da quarta sessão da Assembleia Municipal, realizada no pretérito dia vinte e sete de setembro de dois mil e catorze e propôs que a mesma viesse para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal, de modo a que se pudesse corrigir a maneira como estava redigida, tendo esta proposta sido aprovada, por unanimidade, dos vinte e quatro membros presentes. -------

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---------- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra começando por referir que enquanto Deputado Municipal e, em nome da bancada do PSD/CDS-PP, gostaria de propor um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luciano Branco, ex-presidente da Junta de Freguesia da Ferradosa, pelos serviços prestados à sua freguesia e aos seus fregueses e pelas excecionais características pessoais do Senhor Luciano, razões pelas quais não poderiam passar em claro este falecimento e homenagear o Senhor Luciano. ----------

---------- De seguida, o Senhor Deputado Luís Terêncio disse voltar a esta Assembleia com uma preocupação que tem a ver com o Hotel & SPA. Referiu que, uma vez decorrido o prazo do concurso, gostaria que a Senhora Presidente desse aqui uma explicação sobre o que sucedeu e quais são as suas preocupações relativamente ao futuro do Hotel & SPA e o que o Executivo tem pensado sobre o futuro daquele empreendimento. A Senhora Presidente da Câmara referiu que o concurso ainda está a decorrer até ao final do ano e até ao momento ainda não há qualquer proposta. O concurso está a decorrer em contínuo, com uma regra que determina que logo que apareça uma, ela seja logo analisada. Entretanto, disse, estão a ser feitos vários contactos para resolver o problema, até porque aquilo que a lei do setor empresarial local refere é que a empresa ou é vendida, extinta ou internalizada. Isso não significa que o Hotel não possa continuar a funcionar, até com uma concessão, ou seja, o objetivo é cumprir a lei, mas o Hotel continuar a funcionar e até aumentar a eficiência. Continuando, referiu que este ano já temos menos prejuízos e estão bem identificados quais são as questões que ainda podem ser melhoradas, nomeadamente a eficiência energética, que cumulativamente com os encargos de pessoal são os custos principais. Tem que se reduzir os dois custos sem pôr em causa a qualidade e o funcionamento do

Hotel. Disse, depois, que todas as pessoas que vêm ver o Hotel dizem que tem muitas potencialidades, só que parece-lhe que as pessoas em Portugal estão com um pouco de medo de fazer investimento, mas está confiante que se irá resolver o problema. ----------

---------- Posteriormente, usou da palavra o Senhor Deputado Telmo Legoinha, começando por, em representação da bancada do PS associar-se ao voto de pesar que a bancada do PSD/CDS-PP aqui trouxe, reconhecendo que o Senhor Luciano em defesa dos seus fregueses, sempre se debateu e os defendeu com todo o empenho. Referindo-se, depois, ao facto de o Município de Alfândega da Fé ter há pouco tempo sido classificado em primeiro lugar no índice de transparência municipal, disse que esta classificação é um prémio pelo o trabalho que foi realizado pelo Município, Executivo e todos os colaboradores do Município ao longo do mandato e a bancada do PS não podia deixar passar em claro sem congratular o Executivo e os colaboradores do município por esta tão importante distinção. Continuando, disse que podemos afirmar que o Município sempre se pautou pela transparência, sendo exemplo disse toda a informação que sempre veio à Assembleia Municipal, pois ao longo do mandato, este executivo sempre pugnou por trazer toda a informação possível e sempre lutou para tornar claro e transparente aquilo que muitas vezes ficava na gaveta ou escondido em relação aos deputados municipais em mandatos anteriores. ----------

---------- Este trabalho que foi realizado ao longo do mandato tem que ser reconhecido e a bancada do PS vem deste modo felicitar a autarquia. Também referir que na senda da transparência municipal, o Município aderiu recentemente à Rede de Autarquias Participativas, que irá permitir que no futuro que os munícipes participem efetivamente na gestão do orçamento municipal. É exemplo disso, referiu, a criação do orçamento participativo jovem e o orçamento participativo sénior, sendo pioneiro a nível europeu. Terminou felicitando o executivo e todos os colaboradores, referindo que estes resultados honram o município e todos os munícipes, porque todos nós estamos muito mais informados actualmente. ----

---------- Seguidamente, interveio a Senhora Presidente da Câmara, referindo que o índice de transparência municipal começou a ser aplicado às autarquias no ano passado e já nesse ano o nosso município ficou em 2º lugar. Disse que este índice é avaliado por uma organização não governamental internacional que se chama “Transparência Internacional” , que tem como parceiros várias universidades e como principal responsável em Portugal o Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, que foi quem iniciou este processo, contando agora também com a Universidade de Aveiro e outras Universidades que estão ligadas a esta avaliação. Esta ONG têm vindo a trabalhar no sentido de melhorar a transparência do poder local e não só, a nível nacional e noutros países. ----------

---------- A forma de avaliar, explicou, passa pela avaliação dos “sites”, veem a quantidade de informação que lá tem, de acordo com um indicador que tem uma série de itens e consideram que uma Câmara para ser transparente tem que ter a informação que consta do indicador no “site”. No ano passado, o nosso Município conseguiu o 2º lugar com pouco mais de 60 pontos, passando este ano para o 1º lugar com uma classificação de 82 pontos numa escala de 100. Continuando, referiu que considera isto muito bom, porque normalmente as pessoas pensam que os municípios do interior são municípios info-excluídos, que só nas cidades é que se fazem as coisas como deve ser, e nós conseguimos demonstrar que se pode trabalhar muito bem num pequeno município do interior mesmo com poucos recursos e muitas dívidas. Isto é bom para o Município, em termos da imagem e visibilidade, até mais do que para o Executivo, sendo importante que esta cultura de transparência continue. ----------

---------- Em relação à questão da adesão à rede de autarquias participativas, a Senhora Presidente disse tratar-se de uma rede recente, tendo Alfândega sido uma das autarquias fundadoras, e o objetivo é fazer com que os munícipes participem cada vez mais na elaboração do Orçamento Municipal. Nós iniciamos com o orçamento participativo jovem e agora temos também o orçamento participativo sénior e, segundo foi referido no workshop e na assinatura da criação da rede, a nível da Europa não se conhece nenhuma experiência de orçamentos participativos séniores nem conselhos municipais séniores da maneira como nós o temos organizado. Referiu, depois, que deveremos trabalhar para ter munícipes informados e participativos, porque há muitas vezes falta de informação e as pessoas não podem participar de uma forma útil, daí as pessoas às vezes falarem sem informação suficiente, dando origem ao boato, o qual existe muitas vezes por falta de informação e de transparência, o que não é bom para ninguém. Vamos a continuar esse trabalho, porque acreditamos nos valores da transparência e da participação. ----------

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

---------- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 12/12/2014, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. ----------

---------- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para fazer alguns comentários relativamente à informação em epígrafe, começando por dizer tratar-se da informação habitual, que contém as atividades desenvolvidas pelas várias divisões e serviços. ----------

---------- De seguida, referiu que tivemos que pedir a adesão ao FAM porque temos uma dívida total que ultrapassa três vezes a média das receitas correntes dos últimos três anos. Explicou que agora vai ter que se substituir o PAF, que é o Plano de Ajustamento Financeiro, do reequilíbrio, pelo PAM, que é o Plano de Ajustamento Municipal. Disse que o PAM vai ter uma vantagem dado que vai permitir renegociar a dívida à banca, a exemplo da renegociação que esteve presente na última sessão da Assembleia Municipal e que permitirá baixar os juros para metade. Esse processo está no Tribunal de Contas, que já nos fez dois pedidos de esclarecimentos, havendo dúvidas se teremos o visto, porque curiosamente, a legislação não prevê que se possa fazer essa renegociação. No entanto, isto vai poder ser feito, enquadrados no FAM, dado que o mesmo já prevê essa renegociação. Se não estivéssemos enquadrados no FAM, disse, corríamos o risco de não podermos substituir um prazo e o mesmo tipo de condições, mas continuando, disse, que por vezes pergunta-se a si própria qual é a lógica e o racional de algumas leis ou da falta delas, pois no próximo Orçamento de Estado consta uma norma que permite que os municípios possam ir ao mercado para substituir empréstimos por outros com condições mais vantajosas (que foi aquilo que nós fizemos) mas exclui dessa possibilidade os municípios com excesso de endividamento, que seriam aqueles que teriam mais necessidade de o fazer. O nosso município vai poder fazê-lo só porque estamos enquadrados no FAM. Explicou, depois, que para nós, o FAM, em termos de condições, já as tínhamos todas no reequilíbrio e como tal, não vai haver mudanças, vai-nos é permitir e renegociar a dívida a médio/longo prazo, para podermos ter menos encargos, designadamente, "spreads" e juros. Lembrou que no reequilíbrio, o Município teve um "spread" de 6,5% e com a renegociação que foi feita, iríamos para um "spread" de 2,9%. Aguarda-se para ver se o Tribunal de Contas vai conceder o "visto" e, no caso de ser recusado o "visto" a esse processo, poderemos resolver a

questão enquadrados no FAM, só que entretanto, enquanto não houver decisão do Tribunal de Contas, estamos a pagar esses juros, ou seja, é dinheiro que está a ir para a banca, só prejudicando o Município. Recordou que já quando foi do Hotel & SPA não o vendemos porque o Tribunal de Contas não deixou o Município assumir uma parte do passivo, porque a legislação, na altura, não previa a venda nem a extinção das empresas municipais, mas também não proibia, daí entender-se que o Tribunal de Contas fez uma interpretação muito restritiva, não concedendo o "visto" e levando a que o processo se arrastasse por mais de uma ano e meio. No entanto, agora, na nova lei do setor empresarial local, como já está prevista a extinção e a venda, já está prevista a assunção dos passivos e dos ativos pelo município, o que não acontecia na legislação anterior. Mas mesmo não estando, também nada o proibia e o Tribunal de Contas não o deixou fazer. ----------

---------- De seguida, a Senhora Presidente chamou à atenção para o facto de neste momento já estar a ser feito o estudo prévio do regadio de Vilarchão, remetendo para a explicação que consta da informação. Informou, também, que já terminaram os trabalhos das obras do regadio a partir da Barragem da Esteveínha, estando agora a Câmara a colaborar com a Associação de Regantes para fazer a ligação aos vários agricultores, e a partir desta altura toda a rede de rega da Esteveinha é da responsabilidade da Associação, sendo que este processo está a decorrer normalmente e pensa que será uma mais valia. ----------

---------- Posteriormente, a Senhora Presidente referiu que no dia 16 do corrente mês vamos ter uma auditoria para recertificar o Município. Neste momento, temos vários serviços certificados e vamos alargar agora a certificação às águas e ao saneamento, que é uma área onde agora se está a intervir bastante, para diminuir o desperdício e prestar também melhor serviço. ----------

---------- Informou, de seguida, que já foram aprovados os projetos do Orçamento Participativo Jovem e do Orçamento Participativo Sénio, ganhos, respetivamente, pela Associação Recreativa de Valpereiro com a criação de um Hostel em Valpereiro, e a Anexa do Castelo, com a recuperação do espaço exterior da antiga escola primária e do próprio edifício, que já vem sendo utilizado para várias atividades. ----------

---------- Quanto à análise financeira que consta da informação, sublinhou que temos um prazo médio de pagamento em setembro de 2014, de doze dias, ou seja, o Município está a pagar a tempo e horas e tem-se vindo a reduzir o pessoal. ----

**2. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – TOMADA DE POSSE;**

---------- Em conformidade com o n.º 2 do artigo 16º do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança, procedeu-se à tomada de posse dos membros, designados para o Conselho Municipal de Segurança. ----------

---------- Terminada a chamada para a assinatura do respetivo Auto de Posse, verificou-se a ausência dos seguintes membros: José Joaquim Martins (Presidente da União das Freguesias de Eucícia, Gouveia e Valverde); Horácio Alberto Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão), Manuel Cunha Silva, António Alfredo Figueiredo, Padre Nelson Silva, Manuel António Vilarquide, Paulo Correia, António Medeiros, Miguel Francisco Simões Franco (Representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), António José Afonso (Representante da Associação Industrial e Comercial de Alfândega da Fé), representante do Ministério Público da Procuradoria da Instância Local de Macedo de Cavaleiros e o Representante do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Bragança. ----------

---------- Havendo a necessidade de proceder à aprovação definitiva do Regulamento do Conselho durante o mês de janeiro de 2015, foi marcada uma reunião do Conselho Municipal de Segurança para o dia 09 do referido mês, sendo os membros que hoje faltaram, convocados para a referida reunião, onde lhes será conferida posse. ----------

**3. REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA PELOS FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ;**

--------- Relativamente ao assunto em epígrafe, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, começando por referir que este ponto tem a ver com a adequação que tem que ser feita deste regulamento, a três disposições legais que saíram em 2008, 2011 e 2013, que vêm simplificar algumas atividades, nomeadamente há agora um cartão de feirante válido para todo o território nacional, vem também simplificar a atribuição dos lugares da feira, a gestão do espaço, possibilitar que privados possam também organizar feiras, permitir que pequenos agricultores que não estejam constituídos como agentes económicos possam vender as suas produções nas feiras. Continuou, dizendo que é vontade do Município de a partir de janeiro/fevereiro do próximo ano, implementar feiras francas no nosso concelho, instituindo um dia por semana para que os pequenos agricultores venham ao mercado municipal com as suas produções (legumes, batatas, azeite, etc). Referiu que é uma adequação necessária e obrigatória fazer, é que vem ajudar e simplificar muito o nosso atual regulamento ----------

---------- Seguidamente, interveio o Senhor Deputado Luís Terêncio, começando por dizer que, ouvidas as explicações do Senhor Vice-Presidente da Câmara, queria, de facto, dar conta de que, efetivamente, este é um bom regulamento que muito para além daquilo que foi dito pelo Senhor Vice-Presidente, a organização e reestruturação do próprio regulamento da feira permitirá aquilo que é mais importante para a sua bancada, e aqui também foi dito, não de uma forma que lhe parece ser aqui realçada, é a oportunidade que dá a todas as pessoas que possam produzir os seus bens, escoá-los e termos aqui uma economia local, o que lhes parece ser o mais pertinente. O Senhor Vice-Presidente da Câmara interveio e disse que também realçou o que foi dito pelo Senhor Deputado Luís Terêncio. Atendendo ao facto de estarem aqui presentes os Senhores Presidentes de Junta, informou que brevemente o Executivo irá percorrer todas as freguesias no sentido de promover sessões de esclarecimento com os nossos produtores, pedindo, desde já, o seu apoio, para sensibilizar os agricultores a participar ativamente nessas sessões, no sentido de se vir a organizar as feiras francas. -

---------- Não se registando mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar o regulamento supra mencionado. ----------

**4. REGULAMENTO DO ESTATUTO DO/A PROVEDOR/A DO/A MUNÍCIPE DO MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ - APROVAÇÃO;**

--------- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra, começando por referir que o projeto deste regulamento já foi aprovada na Assembleia Municipal antes de aberto o período de discussão pública, sendo que durante aquele período não foram apresentadas quaisquer sugestões de alteração. Assim, volta agora à Assembleia para aprovação definitiva e, como na reunião de Câmara já foi discutido este assunto e proposto um nome, conforme consta da deliberação, que é o Senhor Telmo Mesquita, proposta que foi aprovada, por unanimidade. Esclareceu, depois, que terão que ser feitas duas votações, designadamente, a aprovação do nome proposto, que tal como dispõe o Regulamento, terá que ser aprovado por dois terços dos membros presentes, sob proposta da Câmara. ----------

---------- Esclareceu que a escolha recaiu no Sr. Telmo Mesquita porque além de estar disponível ficou agradado com o convite e além disso, a função deve preferencialmente ser desempenhada por uma pessoa que não esteja ligada a nenhum partido, que é o caso, e também porque, embora não sendo obrigatório, o Senhor Telmo Mesquita tem conhecimentos a nível jurídico que lhe permite melhor defender os munícipes. Sublinhou o facto de a figura do Provedor do Munícipe é alguém a quem os munícipes podem apresentar uma reclamação e qualquer problema que não tenha conseguido resolver junto dos serviços da autarquia. O Provedor é alguém que tem junto do Executivo a faculdade de colocar a questão e propor soluções. Continuando, disse, é uma outra forma de transparência e também de defesa dos direitos dos munícipes, porque às vezes alguns munícipes podem ver os seus direitos recusados pelos serviços, por falta de resposta da própria organização que por vezes devendo dar uma resposta atempadamente não dá, e assim tendo uma pessoa que tem acesso direto ao Executivo e tem um poder que lhe é delegado pela Assembleia e pelo próprio Executivo, de poder propor soluções para os problemas que os munícipes lhe colocarem, é uma forma de ver reforçados os direitos dos munícipes ----------

---------- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio, dizendo que ouvidas as explicações quanto ao regulamento, disse que eles vão de encontro àquilo que também ele leu, e a primeira interpretação é uma efetiva melhoria com a existência de um provedor do munícipe, acrescentando que o Executivo deverá ter a preocupação de difundir a existência desta figura junto dos munícipes, para que possam aproveitar a figura do provedor, por isso concordam com este regulamento. Contudo, disse, e não está aqui em causa a figura da pessoa nomeada, o Sr. Telmo Mesquita, na opinião da bancada que representa, deveria ser trazida a esta Assembleia não uma proposta com um nome, sendo já redutora neste sentido, mas trazer aqui uma proposta com três nomes, e aí sim fazer-se a votação, porque assim as pessoas poderiam ter outra escolha e opinião. Isto não quer dizer que o Sr. Telmo Mesquita não seja uma pessoa que não possa ocupar este lugar, mas trazer mais duas pessoas como proposta para que haja essa votação seria melhor e mais transparente e daria mais oportunidade às pessoas para fazerem a sua escolha. ----------

---------- A Senhora Presidente da Câmara interveio e disse que este nome foi aprovado pela Câmara, por unanimidade, mas se houver outros nomes não tem nada contra. ----------

---------- O Senhor Deputado Diamantino Lopes disse que percebeu as intervenções, mas que decorre da legislação que o nome a submeter a votação é o nome proposto pelo Executivo, e que à Assembleia apenas cabe votar sim ou não. Percebendo a ideia de que é preciso democratizar, mas se o Executivo já deliberou por unanimidade, propor este nome, é este o nome que tem que ser votado (como poderia ser outro qualquer). Da leitura que fez da lei e do Regulamento depreendeu que só poderia ser votado um nome e não dois ou três nomes. ----------

---------- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, na sequência da intervenção do Senhor Deputado Diamantino Lopes, esclareceu que o artº 13º do Regulamento em apreço refere que o Provedor(a) do Munícipe é um único cidadão eleito pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, devendo ter a aprovação de pelo menos dois terços dos votos expressos dos membros da Assembleia Municipal. O Executivo reuniu, a bancada do PSD/CDS-PP está representada naquele Órgão por dois vereadores, o nome proposto foi consensual e aprovado por unanimidade, de modo que tem razão o Senhor Deputado Diamantino Lopes, pelo que se irá proceder à votação do nome proposto. ----------

---------- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto quatro** à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar o regulamento em epígrafe. ----------

---------- **4.1 ELEIÇÃO E TOMADA DE POSSE DO PROVEDOR/A DO/A MUNÍCIPE;**

---------- Em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artº 13º do Regulamento aprovado, procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, do cidadão proposto pela Câmara Municipal, para exercer as funções de Provedor do Munícipe do Município de Alfândega da Fé, Senhor Telmo Rodrigo Abreu Mesquita. ----------

---------- Observado o escrutínio secreto verificou-se o seguinte resultado da votação: Votantes: vinte e quatro; Votos a favor: trezes; Abstenções: cinco; Votos contra: seis. ----------

---------- Considerando o resultado, verifica-se que o mesmo não permite a eleição do Senhor Telmo Mesquita, dado que não atinge os dois terços de votos a favor num universo de vinte e quatro expressos. ----------

---------- Com o objetivo de ultrapassar esta situação, o Senhor Presidente da Mesa apontou duas hipóteses, designadamente, proceder a nova votação ou o Executivo retirar a proposta, e o assunto ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal. ----------

---------- Seguidamente, o Senhor Deputado Luís Terêncio interveio para fazer um ponto da situação, dizendo em primeiro lugar que, ao ouvir alguns comentários fica com a sensação clara que se entende que é por causa da bancada do PSD/CDS-PP que o Telmo não é eleito, acrescentando que votou "sim", o que quer dizer que naquela bancada há pelo menos um voto que é um "sim", que é o seu, o que significa que na bancada do PS poderá também haver pessoas que não votaram a favor do Sr. Telmo Mesquita. Em segundo lugar, disse, houve uma votação, e as votações democraticamente têm de ser respeitadas. Em terceiro lugar, não é o nome que está em causa, mas sim as duas bancadas não deram o cargo ao Sr. Telmo. Disse, depois, achar que não deve haver uma segunda votação e como tal a proposta deve ser retirada. O Executivo deve discutir com as duas bancadas, se assim o entenderem, nomes, e depois trazerem uma proposta à Assembleia Municipal para votação. ----------

---------- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, na sequência de sugestão dada pela Senhora Presidente da Câmara, transmitiu aos senhores deputados que haveria duas soluções a ponderar, ou fazer nova votação, uma vez que houve votos em branco, que poderiam, perante a situação, tomar outra posição de voto, ou a Câmara retirar a proposta. ----------

---------- Após alguma troca de opiniões sobre o assunto, a Senhora Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que, até por sugestão também do Senhor Vereador Carlos Bebiano, a Câmara vai retirar esta proposta, o que não significa que vamos alterar a proposta. Disse que irá ser enviado a todos os membros da Assembleia Municipal um curriculum vitae do Senhor Telmo Mesquita, para assim perceberem que o nome não surgiu por acaso, e que seria bom que as pessoas entendessem que alguns problemas pessoais não devem colocar-se em coisas que são do interesse público. O Senhor Telmo Mesquita é solicitador, conhece as leis, é uma pessoa que tem participação cívica voluntária em muitas associações, é uma pessoa de Alfândega da Fé que sempre lutou pela terra e é uma pessoa que está atenta e interessada. Na próxima Assembleia Municipal voltará a estar presente esta proposta a não ser que os deputados da oposição queiram propor outro nome, que será reavaliado numa reunião de Câmara, mas à partida parece que este nome reúne condições e será para manter, o que significa que não se possa avaliar em reunião de câmara outros nomes que sejam propostos. ----------

---------- A Mesa da Assembleia Municipal aceitou que este ponto fosse retirado da ordem do dia desta sessão. O Senhor Presidente da Mesa sugeriu ao Executivo para que a tomada de posse não fosse em simultâneo. ----------

**5. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015;**

---------- A Senhora Presidente da Câmara começou por referir que este ponto está subdividido em quatro, ou seja, nos pontos 5.1 a 5.4, dado que é necessário votar estas questões em separado, designadamente: a autorização de empréstimo a curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria, o que não significa que se vai utilizar esta possibilidade, mas acontecendo alguma dificuldade pontual de tesouraria, poderemos ter que contrair este tipo de empréstimo, o qual tem que ser amortizado até ao final do ano. No que respeita à autorização para a Câmara assumir compromissos de que resultem encargos financeiros repartidos, por vários anos económicos, em conformidade com as opções do Plano, a Senhora Presidente referiu que isto foi uma nova lei que surgiu há dois anos e que implica que todos os projetos que transitem de ano económico (exemplo candidatura da Escola e Casa do Povo de Sambade, que começou e 2014 mas só terminará em 2015) a Assembleia tem que aprovar explicitamente. Quanto ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano chamou à atenção para a avaliação técnica do Orçamento feito pela DGAL, que apenas chegou há dois dias, onde são colocadas algumas questões, nomeadamente que a receita e a despesa prevista para o Orçamento de 2015 apresenta valores superiores aos valores previstos no PAF. É de recordar que o Município apresentou um Plano de Ajustamento Financeiro que resultou do reequilíbrio financeiro. Hoje vai estar aqui também para conhecimento o relatório de acompanhamento desse PAF (ponto 7), onde de facto, a previsão das receitas e despesas, que é uma previsão plurianual, não coincidem com o que está neste documento. A justificação como consta da informação da DAF é que aumentamos as receitas, porque felizmente, neste ano de 2015, vamos ter um aumento das transferências do Estado. Em virtude do grande aumento de impostos está a haver uma arrecadação superior de impostos e como as transferências do Estado para as autarquias, segundo a lei das Finanças Locais, representam uma percentagem da arrecadação dos impostos, a autarquia este ano vai aumentar em mais de duzentos mil euros as transferências e para o ano também se prevê que haja um aumento. A previsão feita era de manter o que estava na Lei das Finanças Locais, mas felizmente houve aumento durante o ano e quase de certeza vai haver aumento para o ano. Seguidamente, a Senhora Presidente acrescentou ainda, que no PAF, tínhamos uma previsão de em meados de 2014 podermos ter a verticalização das águas concretizada, situação que já vem sendo discutida há cerca de três anos. Neste momento, referiu, não só não verticalizamos como estamos mais inclinados para não verticalizar, sendo essa uma discussão que futuramente virá à Assembleia Municipal. Neste Orçamento, já não se prevê nenhuma verticalização e uma das razões porque Câmara não está inclinada a verticalizar, apesar de isso ser uma decisão da Assembleia, é que nas várias reuniões que têm sido feitas, tem-se verificado que a tarifa de sustentabilidade que é proposta é muito superior às nossas contas tal como já foi explicado à Assembleia pelo Sr. Vice-Presidente. Apresentam uma tarifa de 28 euros por 10 m3 e nas nossas contas provavelmente com 22 ou 23 euros por 10 m3 conseguimos não ter prejuízo. Continuando, disse, aquilo a que estamos obrigados pela ERSAR é não ter prejuízos, pelo que se nós conseguirmos ter uma tarifa mais baixa sem ter prejuízos, não vamos verticalizar para depois sujeitar os munícipes a uma taxa mais alta. Informou, depois, que os municípios mais interessados na verticalização são os que têm muitas dívidas à Águas de Trás-os-Montes o que não é o caso de Alfândega da Fé. ----------

---------- Seguidamente, a Senhora Presidente disse que outra questão da DGAL prende-se com o facto de termos duas rubricas abertas apenas com um euro, que são a rubrica do empréstimo de curto prazo e a rubrica do empréstimo de médio/longo prazo. Explicou, que tal tem a ver com a necessidade de as rubricas estarem abertas na eventualidade de ser

preciso utilizá-las. Há uma outra questão que tem a ver com uma norma que é o equilíbrio orçamental que é uma coisa mais técnica e que deixaria para a Chefe da DAF explicar. ----------

---------- Posteriormente interveio a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª Carla Victor, começou por explicar que no antigo equilíbrio Orçamental bastava que a receita corrente fosse superior à despesa corrente, situação que ainda se mantém no POCAL. No entanto, a nova Lei das Finanças Locais incluiu mais este equilíbrio orçamental, que é ainda uma novidade, pois é o primeiro ano em que vai ser aplicado. Disse, que em sua opinião, tem lógica ser calculado no final do ano. Neste momento são previsões, pois não sabemos qual vai ser a receita corrente cobrada bruta, é apenas uma previsão. Sabemos sim uma previsão da dívida, o cálculo da DGAL foi feito com base na dívida a 31/12/2013 e se o fizéssemos agora o défice apresentado já é muito inferior. Como tal, disse, não faz sentido nenhum calcular este equilíbrio Orçamental nesta data, mas sim a 31/12/2015. O novo equilíbrio Orçamental, explicou, faz-se com base nas receitas corrente brutas cobradas, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio/longo prazo. Na realidade as nossas amortizações médias são muito superiores à nossa amortização real, pois esta fica em 1.100.000,00 euros, enquanto que as amortizações médias ficam em 1.700.000,00 euros e é aqui que está a diferença do défice calculado pela DGAL. Explicou depois que a amortização média tem a ver com o valor em dívida, neste caso em 31/12/2013, dividida pelos anos que falta amortizar por cada empréstimo. ----------

---------- Em relação ao Plano Plurianual, a Chefe da DAF esclareceu que nós não o fizemos porque tivemos indicações da Associação de Municípios que não o podemos fazer, porque teriam que ser publicados em Portaria os mapas e as regras como seriam elaborados. À data da elaboração do Orçamento, essa Portaria não existia e como tal tomamos por indicação não fazermos o Plano Plurianual de acordo com a circular da ANMP. ----------

---------- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Pousado, começando por dizer que um Orçamento não é mais do que um conta de exploração previsional, ou seja, em bom rigor, um Orçamento é uma previsão, contas são contas, uma previsão não deixa de ser uma previsão. O município já acautelou ficarem algumas rubricas abertas para que depois se possa avançar noutros moldes. Referiu, depois, que ele costuma dizer que há três tipos de orçamento, o orçamento otimista, o realista e o pessimista. Continuando, disse, só em Abril de 2016 é que vamos confrontar este Orçamento, ou seja, só em Abril de 2016 é que se vão apresentar as contas adstritas ao período de 2015 e só nessa altura é que estaremos em condições de dizer se houve muitos desvios, se foram reduzidos, qual o grau de execução, etc. Referindo-se ao equilíbrio orçamental, disse que na página 7/16 é dito "constando-se um diferencial corrente de x, verifica-se assim o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, visto que as receitas correntes são superiores às despesas correntes", que é o que está preconizado no POCAL. No entanto, a Lei 73/2013 de 3 de setembro, mais concretamente o seu artº 40º, vem dar nota de que há outra equação, uma outra regra, ou seja, que as receitas correntes têm que ser maiores ou iguais às despesas correntes mais as amortizações médias de empréstimos a médio/longo prazo. Uma outra questão, disse, tem a ver com o facto de na página 8/16 verifica-se uma diluição (de forma correta) das receitas correntes, de capital e outras receitas, numa outra folha que não está numerada, constante dos documentos previsionais, onde consta o resumo ao orçamento, nas dotações iniciais do ano de 2015, há uma questão em que incorporamos 3.567,00 euros em outras receitas, em receitas de capital. Em sua opinião, são outras receitas não são receitas de capital. No outro mapa, está diluído e aqui apresenta-se agrupado às receitas de capital, pese embora 3.567,00 euros estejam afetos a outras receitas. Em relação à reestruturação do passivo a médio/longo prazo para baixar os juros, dado que na altura, em tempo de crise,

não se conseguiram juros baixos, foram todos eles altos, verifica que o Executivo já está a trabalhar nessa reestruturação. Quanto ao FAM há um grupo de municípios de acesso obrigatório e o de acesso facultativo, sendo certo, daquilo que percebeu, a Câmara de Alfândega da Fé está no obrigatório. Depois, referiu, o Fundo vai ter um capital de 650 milhões, o Estado vai entrar com metade, vai arrancar em 2015 por um período de 7 anos. Continuando, disse, há uma questão que gostava de ver esclarecida que é a seguinte: se as Câmaras vão entrar com metade, sendo as tranches a pagar, feitas nos meses de julho e dezembro, gostaria de saber se já constam do Orçamento. A Senhora Presidente esclareceu que as mesmas já constam do Orçamento, no valor de cerca de 34.000,00 euros e que todos os municípios vão ter que pagar, de acordo com as receitas, e que se as tranches não forem pagas, a DGAL fará logo a retenção. ----------

---------- O Senhor Deputado, Carlos Pousado, terminou a sua intervenção dizendo que as questões que tinha a colocar foram de antemão já respondidas, pelo que não tem mais nada a dizer em relação ao Orçamento, voltando a referir que o mesmo não deixa de ser uma conta de exploração previsional, e que em Abril de 2016 se aferirá se houve desvios ou não, qual o grau de execução, e só nessa altura se irá confrontar o documento hoje apresentado. ----------

---------- Não se verificando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou os pontos 5.1 a 5.4 à votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: ----------

**5.1 AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA;**

--------- Deliberado, por **maioria**, dos vinte e quatro membros presentes, com dezasseis votos a favor e oito abstenções, dos senhores deputados Luís Terêncio, Carlos Pousado, Adriano Andrade, Susana Guerra, António Pacheco, Pedro Morgado, Jonathan Pacheco e José Almendra, aprovar o pedido de autorização da Câmara Municipal para contração do empréstimo supra mencionado. ----------

**5.2 AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA ASSUMIR COMPROMISSOS DE QUE RESULTEM ENCARGOS FINANCEIROS REPARTIDOS, POR VÁRIOS ANOS ECONÓMICOS, EM CONFORMIDADE COM AS OPÇÕES DO PLANO;**

--------- Deliberado, por **maioria**, dos vinte e quatro membros presentes, com dezasseis votos a favor e oito abstenções, dos senhores deputados Luís Terêncio, Carlos Pousado, Adriano Andrade, Susana Guerra, António Pacheco e José Almendra, autorizar a Câmara a assumir os compromissos referidos em epígrafe. ----------

**5.3 APROVAÇÃO DOS ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2015;**

--------- Deliberado, por **maioria**, dos vinte e quatro membros presentes, com dezasseis votos a favor e oito abstenções, dos senhores deputados Luís Terêncio, Carlos Pousado, Adriano Andrade, Susana Guerra, António Pacheco e José Almendra, aprovar o Orçamento e as GOP's para a ano de 2015. ----------

**5.4 APROVAÇÃO DOS MONTANTES TOTAIS DAS RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA ECONÓMICA;**

--------- Deliberado, por **maioria**, dos vinte e quatro membros presentes, com dezasseis votos a favor e oito abstenções, dos senhores deputados Luís Terêncio, Carlos Pousado, Adriano Andrade, Susana Guerra, António Pacheco e José Almendra, aprovar os montantes totais supra referidos. ----------

**6. APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2015;**

-------- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos, começando por dizer que é obrigatório virem todos os anos os mapas de pessoal com o Plano e Orçamento. Disse que os mapas de pessoal mantêm o mesmo número de pessoas que temos atualmente, ajustando ao facto daquelas que saíram por aposentação, são

retiradas dos mapas. Nos mapas estão também contemplados os lugares correspondentes aos contratos a termo que terminaram, estando agora a decorrer os respetivos concursos e pequenos ajustamentos motivados pelo facto de se terem alterado e reduzidas as chefias de divisão em função da lei que entretanto o Governo fez. ----------

---------- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto seis** à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e quatro membros presentes, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e oito abstenções, dos senhores deputados Luís Terêncio, Carlos Pousado, Adriano Andrade, Susana Guerra, António Pacheco, Pedro Miguel Morgado, Jonathan Pacheco e José Almendra, aprovar os Mapas de Pessoal números 1 e 2 para o ano de 2015. ----------

**7. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO E PAEL (4º TRIMESTRE) – 3º TRIMESTRE DE 2014 – PARA CONHECIMENTO;**

---------- Foi tomado conhecimento do Relatório supra mencionado, previamente enviado a todos os membros da Assembleia Municipal, não se tendo verificado quaisquer inscrições para intervir. ----------

**8. CONSTITUIÇÃO DA ARU - (ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA) DA ZONA HISTÓRICA DE ALFÂNDEGA DA FÉ;**

--------- Sobre o assunto, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, começando por referir que vivemos tempos de crise, em que o crescimento das nossas cidades, vilas e aldeias é pequeno, pois como se pode ver há loteamentos na sede do concelho que não estão completos, há muitos terrenos por adquirir e por construir. Continuando, disse, se olharmos para o PDM e para alguma informação que ele nos dá sabemos que no nosso concelho temos um perímetro urbano capaz de albergar cerca de 30.000 habitantes e apenas tem 5.000, ou seja, há muito espaço por onde, mas olhando para as nossas aldeias e vila, sabemos que aquilo que neste momento é mais urgente tratar são os centros urbanos que têm muitas casas degradadas e espaços devolutos, considera que será importante nos próximos anos olhar para eles com mais atenção. Referiu, depois, que a orientação, no próximo Quadro Comunitário de Apoio vai ser a reabilitação urbana e como tal entendeu-se que seria importante definir esta ARU, que irá permitir que os proprietários, empresários e o próprio município possa implementar medidas de reabilitação urbana, ou seja um programa estratégico para essa área, que permita também algumas vantagens a quem promova ações de reabilitação urbana e também aceder, de uma forma prioritária aos fundos do próximo Quadro Comunitário. ----------

---------- De seguida, o Senhor Arquiteto Rui Gonçalves, Chefe da Divisão de Urbanismo, para melhor explicar o processo que esta ARU vai ter nos próximos anos. ----------

---------- O Senhor Arquiteto Rui Gonçalves começou por referir que a ARU que se pretende aprovar, faz com que durante três anos haja a responsabilidade do município de promover outra coisa que se chama ORU (Operação de Reabilitação Urbana). A ARU define apenas o limite, o enquadramento em termos geográficos, que neste caso coincide com a zona histórica, e também permite que nesse limite que está agora a ser estabelecido, as pessoas que habitem nessa área tenham acesso a alguns programas de financiamento que se espera venham a abrir com este Quadro Comunitário, para reabilitar as habitações, e também o próprio município, nessa mesma área, aceder a esses financiamento, daí a grande vantagem de se criar uma ARU. A ORU, disse, que se pretende durante três anos constituir, é para criar regras e formas de intervir ao nível da reabilitação urbana dentro dessa área. Vai ser feito um regulamento que irá definir claramente a maneira de intervir em termos urbanísticos dentro dessa área, para que as qualificações urbanas estejam perfeitamente do conhecimento dos munícipes e dos intervenientes. Em síntese, referiu, é isto que caracteriza a ARU, e no distrito de

Bragança, apenas Bragança constituiu uma ARU, recentemente, e Alfândega da Fé será o segundo concelho do distrito a ter uma ARU constituída. ----------

---------- Posteriormente, interveio o Senhor Deputado Luís Terêncio e referiu que considera extremamente importante a constituição da ARU. Disse, depois, que o Senhor Arquiteto Rui Gonçalves referiu que na sua intervenção falou da possibilidade de alavancar este projeto com o Quadro Comunitário, ou seja, ir buscar dinheiro a esse Quadro, pelo que gostaria de saber se essa possibilidade de ir buscar dinheiro se prende com a reabilitação no seu todo, nomeadamente, a possibilidade de agrupar aqui a melhoria das vias, melhoria dos edifícios, ou seja, se a reabilitação é no seu todo. O Senhor Arquiteto Rui Gonçalves respondeu que sim, dizendo depois que a ARU com a respetiva Operação de Reabilitação Urbana, permite quer a intervenção dos edifícios no parque edificado e aí a grande maioria é ao nível dos particulares, mas também do espaço público, designadamente, infraestruturas, equipamentos e aí na esfera pública. Portanto, disse, abrange as duas áreas, serão candidaturas distintas, tendo sempre o Município a responsabilidade que a lei lhe comete, de ser a entidade que gere as candidaturas e os acessos aos fundos comunitários. Assim, terá neste aspeto de dinamizar as atividades com os cidadãos, incentivando-os, porque eles têm a sua responsabilidade no domínio que é privado, e o município aqui apenas vai ter um papel de dinamizador e incentivador de envolver a população. ----------

---------- O Senhor Deputado Luís Terêncio referiu que depois da explicação do Senhor Arquiteto surgiu-lhe uma dúvida, designadamente, se esta ARU, sendo a Câmara a promotora, permite alavancar também projetos nas aldeias ou se é só na sede do Concelho, tendo o Senhor Arquiteto Rui esclarecido que a ARU tem apenas eficácia na área geográfica, que está delimitada na planta topográfica anexa à informação que foi enviada a todos os membros da Assembleia, que é a Zona Histórica de Alfândega da Fé. Poder-se-à, no futuro, depois desta experiência se se entender por bem constituir novas ARU's noutros locais do Concelho, partir-se-à para isso, criar ARU's nas aldeias, em qualquer área que se considere degradada e que seja necessário intervir ao nível da requalificação urbana. ----------

---------- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto 8** à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e quatro membros presentes, aprovar a delimitação da área de reabilitação urbana da Zona Histórica de Alfândega da Fé, nos termos propostos pela Câmara Municipal. ----------

**9. SETOR DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE: REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) - APROVAÇÃO;**

--------- O Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, começou por dizer que relativamente ao PDM está-se na reta final, tendo já terminado o período de discussão pública, aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no passado mês de setembro. Foram recolhidas durante esse período, algumas opiniões acerca de do regulamento, que foram acolhidas, uma vez que permitiam uma melhor clarificação do Regulamento do PDM, foi feita uma sessão pública para esclarecimentos aberta a todos os interessados e que foi muito participada. Disse, depois, que se vai ter uma ferramenta para os próximos dez anos, bastante flexível para este e os próximos executivos fazerem a gestão do ordenamento do território no nosso Concelho, que vai evitar que problemas tidos como o atual PDM e que levou a que alguns investimentos, como foi o caso das eólicas, tivessem ido na sua maioria para o Concelho de Macedo de Cavaleiros. Continuando, referiu que depois de hoje ser feita a aprovação final, dentro de duas a três semanas será feita a publicação no Diário da República, tendo assim a expectativa que o novo PDM entre em vigor no início de janeiro. Informou ainda,

que tem indicações de que a nova Reserva Ecológica Nacional (REN) será aprovada o mais tardar até ao início de janeiro, o que é positivo, para não termos um novo PDM ainda com a REN antiga. ----------

---------- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o **ponto nove** à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos vinte e quatro deputados presentes, aprovar a versão final da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Alfândega da Fé. ----------

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---------- Interveio o Senhor Joaquim Oliveira, de Sambade, começando por se referir às atas da Assembleia, dizendo lembrar-se que quando o Senhor Presidente da Mesa era o líder da bancada da oposição, as suas primeiras intervenções eram no sentido de contestar a forma como as atas eram feitas e em sua opinião, eram efetivamente mal feitas e cheias de erros. Continuando, disse, tem verificado que ultimamente, pelo menos durante este ano, já são duas atas que vão para trás porque o próprio Senhor Presidente considera que não estão em condições de serem submetidas a votação. Esperava que isso não acontecesse, para o bom funcionamento da Assembleia e para a sua boa imagem. Continuando, sugeriu, que se divulgassem as datas das realizações das sessões das Assembleias Municipais nas redes sociais, com a divulgação dos assuntos a tratar. Quanto ao ato de tomada de posse a que assistiu, verificou que houve muita gente a tomar posse e também muitas faltas, pelo que se questiona se uma comissão com tanta gente será funcional. ----------

---------- O Senhor Presidente da Mesa disse que, relativamente às atas, também tem as suas preocupações daí ser sugerido que a ata hoje presente, não fosse discutida nem aprovada, para regressar à Secção de Apoio para ser redigida minimamente em condições de português. Quanto à comissão que referiu, esclareceu que a composição decorre da lei. --

---------- A Senhora Presidente disse que sobre a sugestão de enviar pela info a convocatória, com a agenda, concorda. Disse que irá por isso no procedimento da convocatória, para ser divulgado pela Newsletter/INFO, pelo que os munícipes que estejam interessados em receber as Newsletters podem fazer a sua inscrição no site do Município, pois têm lá onde fazer essa inscrição. ----------

---------- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. ---

---------- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade.** ----------

---------- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

_____

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

_____

(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

_____

(Domitila de Fátima Morais Branco)